

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	1
Título: Privatização da Eletrobras.....	1
Título: Petróleo sem culpa	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Conta de luz pode subir mais 9% em 2018	5
Título: Canaviais envelhecidos e dívida limitam produtividade da cana	8
Título: Próxima safra deve ser menor no centro-sul.....	10
Título: Energia traz bilhões para Nordeste, mas benefício fica na mão de poucos	11
VEÍCULO: Correio Braziliense	13
Título: Juro baixo por mais tempo se não houver risco	13

VEÍCULO: O Globo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Privatização da Eletrobras

Tema em discussão

Nossa opinião

A miopia do nacionalismo

Segundo Millôr Fernandes, "quando uma ideologia fica bem velhinha, ela vem morar no Brasil". Pois nos aproximamos da segunda década do século XXI e a visão do nacionalismo, mesmo num mundo globalizado, ainda atrai brasileiros, à esquerda e à direita.

Como certas ideologias são uma forma de religião sectária, não importa os estragos que o nacionalismo fez e faz no mundo, nos aspectos político e econômico. Trump e Putin são dois exemplares desta visão estreita e que, no extremo, costuma levar a catástrofes. Na economia, não basta o atraso que o Brasil demorou a superar no petróleo, e que começou a ser eliminado quando a Petrobras se abriu a contratos de exploração com empresas estrangeiras. Mas os religiosos continuam fieis.

A miopia nacionalista continua sem enxergar o que dizia Deng Xiao- Ping com sua frase: "Não importa a cor do gato, contanto que cace o rato". Ele não escapou de ser uma vítima da Revolução Cultural, reação do maoismo a tentativas de abrir a China, mas sobreviveu para construir bases sobre as quais o país se modernizou no aspecto econômico, usando para isso instrumentos do capitalismo. Como resultado, a China se tornou a segunda economia do mundo. Tem um encontro marcado com a contradição de se modernizar, gerar milionários e uma enorme classe média, e continuar uma ditadura política de partido único. Mas esta é outra questão.

No Brasil o velho nacionalismo volta a ser brandido contra a intenção do governo de privatizar o controle da Eletrobras, pulverizando-o no mercado. Voltam os antigos jargões que fazem pouco caso da racionalidade.

O problema é fácil de entender: a estatal, holding do setor elétrico, foi quebrada pela política voluntarista da presidente Dilma Rousseff, considerada grande especialista no setor. E sem condições mínimas de liderar os pesados investimentos que o país precisa na geração e de energia, o sensato é repassá-la ao setor privado, o que não significa perder o controle do planejamento na atividade. Além de haver formas de assegurar a palavra final em assuntos estratégicos na empresa. Vide a Embraer.

A bomba que implodiu o setor elétrico chama-se MP 579, de 2012, cuja intenção era reduzir as tarifas em 20% — objetivo também de interesse políticoeleitoral. A varinha mágica da operação era antecipar a renovação de concessões de usinas a vencer entre 2015 e 2017. Hidrelétricas de estados (Minas, São Paulo e Paraná) não aceitaram, e ainda um grave período de seca forçou o uso intensivo de termelétricas, de custo superior às usinas hidrelétricas. Mágicas foram tentadas com subsídios, empréstimos do Tesouro,

e tudo somado não apenas não reduziu de forma consistente as tarifas, como abriu rombos bilionários na contabilidade de todo o sistema Eletrobras.

A reação pavloviana do nacionalista é usar o Tesouro. Mas este tem acumulado gigantesco déficits anuais de 8% a 9% do PIB. A racionalidade de um comunista como Deng-Xiao Ping aconselha se escolher a melhor solução: a privatização, o gato para caçar o rato.

Outra opinião

Pilhagem do Estado

JOSÉ GUIMARÃES

Em mais um passo rumo ao completo desmonte do Estado brasileiro, o governo planeja a privatização da Eletrobras, que deve chegar ao Congresso nos próximos dias. O petróleo essa administração já entregou às empresas estrangeiras a preço de banana. Agora vai presentear o mercado com outro bem essencial à soberania e à segurança nacionais, que é o setor energético. Nenhum país do mundo, nem os Estados Unidos na era de Ronald Reagan, privatizou energia, petróleo e gás.

Mesmo no maior processo de privatização que o Brasil já viveu, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, se chegou ao absurdo que se observa agora. Não se trata de um modelo de desenvolvimento. Tudo que esse governo ilegítimo procura é fazer caixa, com o objetivo, inclusive, de comprar apoio político. Foi isso que se verificou nas duas votações das denúncias contra Michel Temer no Congresso.

Como denunciou o jornalista Luis Nassif, a venda da Eletrobras vai representar a maior pilhagem já vista do Estado brasileiro. Com a venda da estatal, o governo espera arrecadar entre R\$ 12 bilhões e R\$ 40 bilhões. Esses são os valores que circulam na imprensa. Acontece que não entra no cálculo o valor das concessões das empresas controladas pela Eletrobras.

As concessões da empresa pública devem valer cerca de R\$ 289 bilhões. Afinal, a empresa detém mais de 30% do mercado nacional de energia, com 233 usinas de geração, seis distribuidoras e 61 mil quilômetros de linhas de transmissão. Não precisa ser gênio em matemática para calcular a extensão do presente concedido ao deus desse governo — o mercado.

Mas os prejuízos não serão apenas para os cofres públicos. Como se trata de empresa com a maior fatia do mercado, deixar de controlar a Eletrobras significa perder o controle sobre as decisões estratégicas relativas a esse

mercado. E a energia representa o ativo mais importante para o desenvolvimento.

O governo argumenta que irá "pulverizar" a venda para que o controle não fique nas mãos de uma única empresa. Acontece que não é possível garantir que essa estratégia irá funcionar. No segundo semestre de 2016, uma empresa chinesa adquiriu ações da CPFL Energia. Em janeiro deste ano, já havia se tornado a controladora da empresa.

Quem for o sócio majoritário na Eletrobras terá controle sobre investimentos no setor e, com isso, sobre o preço da energia. Cálculos iniciais da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estimam que o processo poderá elevar as contas de luz em até 16,7%.

O Congresso não pode permitir passivamente mais essa etapa do leilão das riquezas brasileiras. É necessário reagir para barrar mais esse retrocesso. Do contrário, quando houver consciência dos prejuízos, não haverá nada mais a salvar.

José Guimarães é deputado federal (PT-CE) e líder da oposição na Câmara

VEÍCULO: O Globo

Seção: Opinião

Autor: Décio Oddone

Título: Petróleo sem culpa

Com o sucesso dos leilões de áreas para exploração de petróleo, voltaram as discussões sobre o destino dos recursos gerados. A "maldição do petróleo" voltou a ser lembrada como potencial ameaça decorrente do esperado aumento da renda petrolífera.

Também é mencionado o risco de que o país venha a sofrer da chamada "doença holandesa", expressão que define a relação entre o aumento da exportação de recursos naturais e a redução da importância do setor industrial, o que inibiria o desenvolvimento econômico.

As expressões "maldição do petróleo" e "doença holandesa" são comumente empregadas para alertar sobre os riscos que a riqueza gerada pelo petróleo pode trazer. No Brasil, enquanto a "maldição do petróleo" é principalmente associada ao mau uso dos royalties por estados e municípios, a ameaça da "doença holandesa" tem sido usada para alertar sobre os potenciais riscos da falta de uma política industrial e para defender a postergação da exploração do pré-sal. Como se a janela de oportunidade para exploração do petróleo, que se

encontra em processo de obsolescência em um mundo em transição para uma economia de baixo carbono, fosse ficar aberta para sempre.

Exemplos de países que falharam na administração dos seus recursos petrolíferos são fartamente listados; no entanto, os exemplos de sucesso são pouco lembrados. Ninguém fala de "maldição do petróleo" ou "doença holandesa" quando se refere aos EUA, onde inovações tecnológicas resultaram em espetacular aumento de produção nos últimos anos, à Inglaterra ou à Noruega.

Usar a "maldição do petróleo" como uma fatalidade para justificar o desperdício dos recursos ou a "doença holandesa" como argumento para retardar a exploração das nossas reservas é adotar uma interpretação peculiar, que coloca a razão do mau aproveitamento dos recursos na própria riqueza, e não na incapacidade dos gestores em administrar adequadamente os reais arrecadados.

Trata-se de insinuação de que a culpa pelo desperdício seria dos recursos em si, e não dos administradores que os malgastam, dando a entender que seria melhor não ter acesso à riqueza para não cair na tentação de desperdiçá-la. Seria como se o herdeiro empobrecido culpasse a herança generosa pelo próprio fracasso. Interpretação conveniente para desculpar os maus gestores. Não existe maldição ou doença. Há despreparo, incapacidade gerencial e má gestão.

Agora que o setor de petróleo e gás volta a atrair novos investimentos, passando a gerar recursos crescentes para a União, estados e municípios (estima-se que cheguem a R\$ 100 bilhões por ano ao final da próxima década), é hora de o país se preparar para usá-los corretamente, planejando o seu emprego nas políticas públicas adequadas, minimizando o seu uso em despesas correntes e evitando desperdícios. É a isso que devemos nos dedicar, não a ficar culpando a riqueza que temos a felicidade de dispor pela nossa própria incapacidade de gerenciá-la. Para os agentes públicos que administram os recursos produzidos pelo setor de petróleo e gás, esse é o verdadeiro desafio nos próximos anos. Deve ser encarado logo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: FLAVIA LIMA DE SÃO PAULO

Título: Conta de luz pode subir mais 9% em 2018

Depois de reajuste médio de 14% neste ano, consumidor deve sofrer impacto de seca e de aumento em encargos

Crescimento maior da economia também tende a elevar preço; racionamento, no entanto, é descartado

O consumidor residencial brasileiro terá de lidar com dois anos de reajustes na energia bem acima da inflação. As causas são um regime de chuvas insuficiente para compensar períodos de seca e o aumento dos encargos sociais.

Na média, as tarifas devem fechar o ano com alta de 14% e subir 9,4% em 2018. A expectativa é que o IPCA (inflação oficial) fique abaixo de 3% em 2017 e em 4% no ano que vem.

Em algumas regiões, as tarifas podem pesar ainda mais no bolso, segundo levantamento da consultoria especializada TR Soluções.

Na média, a maior alta deve ser registrada na região Sul (+10,7%), seguida pelo Sudeste (+9,3%). Em São Paulo, por exemplo, a conta de luz deve fechar este ano 7% mais cara e subir outros 9,1% em 2018.

A energia elétrica deve também ter um efeito não desprezível de 0,4 ponto percentual sobre a inflação medida pelo IPCA do ano que vem.

A previsão da TR inclui algumas premissas: as diferentes bandeiras esperadas ao longo do ano, os reajustes previstos para as principais distribuidoras e o regime de chuvas para o período.

As projeções são feitas para 13 regiões metropolitanas usadas como referência e que espelham o que ocorre no país. De janeiro a abril —o período considerado chuvoso—, as principais hidrelétricas brasileiras devem gerar em média o equivalente a 85% da energia que vendem, de acordo com a TR.

Isso significa dizer que, se as chuvas não ajudarem e as geradoras produzirem algo abaixo disso, as tarifas poderão subir ainda mais.

Além do regime de chuvas, os encargos incluídos na tarifa também explicam as previsões pouco animadoras.

A conta que inclui todas as políticas públicas ligadas ao setor, como o programa Luz para Todos e a tarifa social de energia — chamada de CDE —, deve passar de R\$ 9,3 bilhões neste ano para R\$ 12,6 bilhões em 2018.

Quem paga a fatura —o tema está em audiência pública na Aneel, a agência reguladora— é o consumidor.

Embora concordem que o quadro é dramático, analistas descartam ameaça de racionamento.

Eles dizem que a usina de Belo Monte já opera em ritmo razoável e que o país dispõe de outras fontes de energia.

Uma delas, a energia térmica, mais cara, está entre as justificativas para o encarecimento da conta.

OUTROS RISCOS

O crescimento econômico é outro ponto de atenção para os especialistas. O consumo total de energia do país está em nível próximo ao registrado em 2014, e o setor se questiona como a demanda deve se comportar em um ambiente de retomada da economia —e seu impacto na tarifa, já que a procura maior por energia a encarece.

A consultoria GV Energy, por exemplo, prevê que a tarifa média de energia suba ao redor de 12% no ano que vem, diante de um volume de chuvas que deve se situar entre 90% e 100% da média histórica até o fim de abril.

Pedro Machado, diretor da GV Energy, diz que o viés é de alta se o crescimento econômico superar 2,6%.

A mediana dos economistas consultados pelo Boletim Focus, do Banco Central, já espera alta de 2,7% para o PIB do ano que vem.

Edvaldo Santana, presidente da Abrace, associação dos grandes consumidores de energia, também se preocupa com o efeito de um possível aumento do consumo de energia sobre preços, em especial para a indústria.

Os principais reservatórios no Nordeste e no Sudeste, ressaltava Santana, estão nos níveis mais baixos da história. Segundo ele, se chover próximo à média de longo prazo, o reajuste pode ficar mais perto de 20%. Para afastar esse cenário, seria preciso chover de 30% a 40% acima da média.

Júlio Mereb, pesquisador do Ibre/FGV, diz que tarifas mais altas podem se refletir em queda da produção da indústria, além de impactar de alguma forma o consumo das famílias no PIB, embora isso seja difícil de mensurar. Ele diz que é possível um reajuste da tarifa residencial de até 15% no ano que vem.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: MARCELO TOLEDO DE RIBEIRÃO PRETO****Título: Canaviais envelhecidos e dívida limitam produtividade da cana**

Novas tecnologias poderiam ampliar safra, avalia setor sucroalcooleiro

As usinas de açúcar e etanol do país poderiam produzir muito mais do que fazem atualmente. Canaviais envelhecidos e usinas endividadas viraram rotina no setor sucro-energético nos últimos anos e impedem o crescimento da produtividade no campo.

As lavouras de cana-de-açúcar, responsáveis pela matéria-prima do açúcar e do etanol, produziram em média 77 toneladas por hectare, ante as 85 consideradas ideais.

Atingir tal patamar, porém, será difícil com o cenário atual, na avaliação de Antonio de Padua Rodrigues, diretor técnico da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar).

"Horrível [o patamar atual]. A partir do momento em que tem mais de 80% do canavial ainda plantado com variedades da década de 1980, aprendizagem enorme com a colheita mecanizada, um canavial que não está totalmente estruturado para a mecanização e envelhecido, não tem como ter produtividade."

A avaliação é que, com novos ambientes de produção e novas tecnologias, é possível atingir 85 toneladas em média por hectare. Há variedades modernas que ultrapassam 100 toneladas.

Em São Paulo, principal Estado canavieiro, foram produzidas 79,6 toneladas de cana por hectare na última safra, superando a média nacional, segundo o pesquisador Vagner Azarias Martins, do IEA (Instituto de Economia Agrícola), órgão da Secretaria da Agricultura. O Estado produziu 339,3 milhões de toneladas de cana até o último dia 10, das 568,18 milhões de toneladas do centro-sul do país —59,71% do total.

O envelhecimento das lavouras de cana ou a falta de uso de novas variedades se deve também ao endividamento do setor, estimado pelo Itaú BBA no início da safra, em março, em R\$ 84 bilhões.

Levantamento da Unica mostra que 30% da cana processada no centro-sul é proveniente de grupos endividados. De acordo com Rodrigues, caso a produtividade fosse a adequada, com a mesma estrutura atual as usinas poderiam processar de 70 milhões a 80 milhões de toneladas a mais de cana. O volume é superior aos 69,3 milhões de toneladas processadas neste ano por Goiás, segundo maior produtor do país.

Até o fim de novembro, foram moídos 13,52 milhões de toneladas a menos que no mesmo período de 2016, devido às chuvas do mês passado (leia texto nesta página).

Embora o cenário seja visto como menos sombrio em relação ao verificado no fim da década passada, as dívidas são muito altas no setor e o número de usinas fechadas ainda pode crescer.

Segundo a Unica, 75 usinas foram fechadas —tiveram falência decretada ou foram paralisadas, em recuperação judicial— no centro-sul desde a deflagração da crise na economia mundial, em 2008. A entidade informou que 73 foram abertas desde então —projetos concluídos no período, mas decididos anos antes da deflagração da crise.

Assim como em 2016, a maior parte da cana (52,89%) foi utilizada para etanol.

Não foi o que ocorreu nas usinas do grupo Tereos, conforme Jacyr da Silva Costa Filho, diretor da região Brasil.

Dos 20,2 milhões de toneladas de cana moídas na safra do grupo, encerrada em novembro, 62,5% viraram açúcar e 37,5%, etanol.

A projeção é que na próxima safra o total alcance 20,7 milhões de toneladas.

Embora alcooleira, a safra foi marcada por priorização à produção de açúcar até setembro, devido a contratos fechados nos primeiros meses do ano, quando a cotação estava favorável no mercado internacional (leia ao lado).

ALENTOS

Para Rodrigues, o Renovabio —que aguarda sanção do presidente Michel Temer e tem como meta valorizar os biocombustíveis nacionais e garantir previsibilidade de investimentos— proporcionará condições de investir em produtividade e melhorar a situação nos canaviais.

"As pessoas vão ter de aprender a olhar o preço do petróleo, o da gasolina no mercado internacional, a política de preços da Petrobras e a plantar cana bem,

se quiserem permanecer. As variáveis são completamente diferentes", afirma Rodrigues.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: DE RIBEIRÃO PRETO

Título: Próxima safra deve ser menor no centro-sul

Com menos sobra de cana-de-açúcar do ano passado e com um canavial ainda mais envelhecido, a safra 2017/18 será menor no centro-sul do país.

A previsão é que sejam moídos 585 milhões de toneladas de cana na atual safra, ante as 607,1 milhões da passada, uma queda de 3,7%.

Sob influência dos bons preços no mercado internacional, o ano começou com as usinas priorizando a produção de açúcar e assim foi até o mês de setembro, quando as cotações começaram a cair e as indústrias voltaram os olhos para o etanol.

Das 280 usinas do centro-sul do país, 87% produzem açúcar e etanol, enquanto as 13% restantes fabricam apenas o combustível —são as chamadas destilarias autônomas.

Segundo Antonio de Padua Rodrigues, diretor técnico da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), o preço favorável do açúcar no mercado internacional fez o setor fixar muitas vendas para garantir rentabilidade.

ETANOL

Desde setembro, no entanto, com o preço do açúcar mais baixo e um cenário favorável para o etanol, o combustível passou a ser prioridade das usinas.

"A queda do preço do açúcar, combinada com o aumento do preço do petróleo e essa política de repasse da Petrobras, fez com que o preço ao produtor melhorasse, sem perder a paridade de bomba", afirmou Rodrigues.

De acordo com a Unica, há estoques suficientes para a entressafra, que vai até março. (MT)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: NICOLAPAMPLONA ZANONE FRAISSAT ENVIADOS ESPECIAIS AO PIAUÍ E A PERNAMBUCO****Título: Energia traz bilhões para Nordeste, mas benefício fica na mão de poucos**

Região lidera investimento em fontes limpas, porém falta de luz e saneamento ainda impera

A aposta em fontes limpas, como a eólica e a solar, fez do Nordeste o principal foco de ampliação da capacidade de geração de energia no país.

Mas, apesar da promessa de emprego e renda, a chegada dos projetos trouxe também um sentimento de que os benefícios ficam nas mãos de poucos, ampliando as desigualdades em áreas ainda afetadas por esgoto a céu aberto e falta de luz e água.

Os projetos no Nordeste representam 47,4% da nova capacidade de geração hoje em construção no país. Dois leilões na semana passada contrataram 64 projetos eólicos e solares na região, com investimentos de R\$ 11,2 bilhões.

"O Brasil não tem mais grande hidrelétrica, e a matriz energética vai caminhar aceleradamente para eólica e solar, que têm maior potencial no Nordeste", diz o professor Nivalde de Castro, do Grupo de Estudos do Setor Elétrico da UFRJ (Gesel).

Mas, diferentemente de hidrelétricas e da produção de óleo e gás, eólica e solares não pagam compensações financeiras a Estados e municípios.

Os principais beneficiados locais têm sido os proprietários de terra que "pegaram torre", aqueles que cederam parte dos terrenos para a instalação de aerogeradores, em troca de uma renda mensal entre R\$ 1.200 e R\$ 1.800.

A Abeeólica (Associação Brasileira de Energia Eólica) estima que mais de 4.000 famílias recebam hoje pelo arrendamento de terras para a implantação de aerogeradores no país, em um total de R\$ 10 milhões por mês.

A sorte é que essas torres aí trouxeram alguma renda para a gente", diz o agricultor David Vicente da Cruz, 54, que vive na Serra da Rancharia, em Araripina (PE). Com a seca, diz ele, a produção de mandioca despencou.

"Você vê isso aí", aponta para a roça. "Era para estar tudo alta assim, desse tamanho, a terra era para estar fechada, você está vendo ela toda falhada. Isso aí é falta de chuva", lamenta.

Além do arrendamento das terras, ele recebeu R\$ 150 mil em indenização para deixar sua casa e um galpão onde guardava ferramentas. O dinheiro foi usado para uma casa nova e em um caminhão-pipa para economizar os R\$ 200 que pagava toda vez que precisava buscar água.

A onda de investimentos no Nordeste ganhou força em 2012 e teve papel fundamental no suprimento de energia na região, como alternativa às hidrelétricas do rio São Francisco, castigado pela seca.

A energia dos ventos foi responsável por 45% da geração de energia no Nordeste no ano. No dia 14 de novembro, um recorde, abasteceu 64% da demanda local.

Mas a geração de empregos se concentra no período das obras, uma vez que a baixa qualificação local dificulta o aproveitamento durante a operação — demissões em massa surgem logo depois do período de construção.

Em Curral Novo do Piauí, onde as estatística de emprego costuma ser contada em unidades, surgiram 273 vagas na construção civil em 2016. Neste ano, com o fim das obras do complexo Chapada do Piauí, o saldo negativo é de 325.

Em Simões, foram abertas 572 em 2015, durante as obras de complexo eólico, e fechadas 660 no ano seguinte.

"Nas torres, só fica gente de fora. A gente, só contrataram para fazer terraplanagem, subir poste...", reclama Edilson Oliveira de Carvalho, 45, que trabalhou nove meses na construção do parque, mas está desempregado desde que as obras terminaram.

A baixa qualificação da população é um dos fatores que impedem o maior aproveitamento. Com ensino fundamental incompleto, João Paulo Tomaz da Silva, 37, trabalhou por cinco meses na construção de um parque perto de sua casa, em Araripina, e chegou a ganhar R\$ 1.300.

Há oito meses desempregado, vive do Bolsa Família com a mulher e quatro filhos. "Eu queria que eles voltassem para cá, porque o negócio aqui está feio", lamenta ele, que é vizinho de uma proprietária que "pegou torre" e ganha R\$ 1.200 por mês.

"É uma situação contraditória. O Nordeste está contribuindo para o país, mas os benefícios sociais são poucos", diz Castro, da UFRJ.

A Abeeólica argumenta que prefeituras e Estados são beneficiados por tributos gerados pela movimentação de mercadorias e pelos arrendamentos e critica

propostas, como a do deputado Heráclito Fortes (PSB-PI), de cobrar royalties sobre a geração de energia com os ventos.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Antonio Temóteo

Título: Juro baixo por mais tempo se não houver risco

A escolha do próximo presidente da República determinará o patamar que a taxa básica de juros (Selic) alcançará ao longo de 2019. As perspectivas de inflação controlada no próximo ano, diante de uma safra agrícola pujante e da inércia que levará a tímidos reajustes nos preços de produtos, serviços e contratos, favorecem a manutenção da taxa no piso histórico de 7% ao ano em ou um nível ainda menor ao longo dos próximos dois anos. No mercado, o otimismo impera entre os analistas que estimam que a Selic chegará a 6,75% ou até 6,5% e permanecerá nesse nível nos primeiros meses do próximo governo.

Entretanto, a possibilidade de que o próximo ocupante do Palácio do Planalto não se comprometa com a continuidade das reformas e dos ajustes para tornar a economia brasileira mais eficiente e atrativa pode afugentar investidores e elevar os prêmios de risco. Com isso, o preço do dólar tenderia a disparar e o Banco Central (BC) seria obrigado a subir os juros para tentar acalmar os investidores, que exigirão uma remuneração maior para se manter no país.

Outros riscos domésticos e externos também estão no radar do mercado. O cenário base do estrategista-chefe do Banco Mizuho, Luciano Rostagno, prevê que a Selic chegará a 6,75% ao ano na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) marcada para 6 e 7 de fevereiro de 2018 e permanecerá nesse patamar até 2019. Conforme ele, a recuperação da economia caminhará a passos lentos ao longo do próximo ano e a ociosidade não pressionaria o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Além disso, o analista ressalta que os preços de alimentos tendem a permanecer comportados e a inflação deve terminar abaixo da meta, de 4,5%.

A partir de 2019, explica Rostagno, com a aprovação da reforma da Previdência, a tendência é de que a economia volte a crescer em um patamar próximo de 3% com a retomada dos investimentos, o que levaria o BC a elevar a taxa, de maneira gradual, de 6,75% para 8% ou 8,5% ao longo do ano. “Os juros voltariam a um nível próximo do neutro, sem afetar o consumo e evitando um superaquecimento da atividade, que poderia trazer inflação”, projeta.

O estrategista-chefe do Banco Mizuho admite que uma série de riscos pode, contudo, levar o BC a ser obrigado elevar os juros. Além das questões

eleitorais, ele alerta que o preço da energia elétrica tende a pressionar a inflação do próximo ano. Dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) mostram que os dois principais subsistemas do país estão com os reservatórios em níveis baixos. Até 21 de dezembro, o grupo Sudeste/Centro-Oeste, responsável por 70,04% da geração de energia hidrelétrica do país, tinha 20,67% da capacidade.

O subsistema Nordeste, gerador de 17,84% da eletricidade do país, tinha apenas 9,98% de água em relação volume total dos reservatórios. “Se o regime de chuvas for aquém do esperado podemos ter pressões sobre as tarifas de energia, que trariam riscos para a manutenção de juros baixos”, destaca. Além disso, uma eventual alta do dólar durante o processo eleitoral pode pressionar os preços.

Conforme Rostagno, os escândalos de corrupção no país abrem espaço para que pessoas de fora do meio político participem do processo eleitoral. E incertezas quanto à política econômica que executarão e do papel do Estado na economia podem causar volatilidade. “Qualquer candidato que vença não deve conseguir se desviar das reformas, principalmente a da Previdência. Sem ela, não será possível governar, e caso negue essa realidade, o dólar pode ir acima de R\$ 5”, adverte.

Perspectivas

Nas contas do economista Rafael Cardoso, da Daycoval Investimentos, os juros chegarão em 6,5%, após dois cortes de 0,25 ponto percentual da Selic nas reuniões do Copom marcadas para fevereiro e março de 2018. Ela ressalta que a taxa permanecerá nesse patamar no primeiro semestre de 2019 até que a autoridade monetária inicie um novo ciclo de aperto na política monetária, mas em menor intensidade do que o observado nos últimos anos.

A principal dúvida de Cardoso está relacionada ao tamanho do ciclo de aumento dos juros. Para ele, o último Relatório Trimestral de Inflação do BC aponta que a Selic, em 2019, chegará a 8%, com inflação em queda, o que indica uma política monetária contracionista. “Essa alta de juros tem que ser gradual, com o teto de 8% ao ano. O cenário mostra alta do dólar, o que deveria levar à volta da inflação. Mas isso não ocorrerá. Logo será necessário uma modelagem para evitar problemas”, diz.

Mesmo com a chegada de um populista ao Palácio do Planalto, explica Cardoso, a tendência é de que os juros permaneçam em 6,5% nos primeiros meses de 2019. Ele detalha que esse presidente tenderia a escolher um comandante para o BC mais leniente com a inflação, o que traria problemas para o país ao longo do ano.

Impactos

O economista da Daycoval comenta que, mesmo com o encarecimento do dólar durante a corrida eleitoral, os impactos na política monetária devem ser mínimos diante da ociosidade da economia e da situação confortável do balanço de pagamentos. “Não há espaço para repasse cambial aos preços com a economia em recuperação gradual. Se um candidato reformista for eleito, não teremos volatilidade no mercado e os juros ficarão nesse patamar por mais tempo”, comenta.

Apesar disso, Cardoso assinala que o cenário será diferente ao longo de 2019 com um populista no governo. No entender dele, a reforma da Previdência é fundamental para equilibrar as contas públicas e para que os juros reais permaneçam em um patamar baixo no país. “Sem reformas, o dólar pode disparar, e isso exigiria uma resposta da autoridade monetária”, diz.

“Qualquer candidato que vença (as eleições de 2018) não deve conseguir se desviar das reformas, principalmente a da Previdência”

Luciano Rostagno, Estrategista-chefe do Banco Mizuho

“Se um candidato reformista for eleito, não teremos volatilidade no mercado e os juros ficarão nesse patamar por mais tempo”

Rafael Cardoso, Economista da Daycoval Investimentos

Pressão global

Além dos riscos domésticos, pressões internacionais podem afetar os preços de produtos, serviços e contratos no Brasil. Otimista com o processo de queda de juros, o economista-chefe do Itaú Unibanco, Mario Mesquita, projeta que a Selic terminará a próximo ano em 6,5% e ficará nesse patamar nos primeiros meses de 2019. Na opinião dele, com a recuperação da economia em ritmo modesto, a maior ameaça está atrelada ao câmbio.

A eleição de um candidato extremista pressionaria o preço do dólar e provocaria uma fuga de recursos do país. Além disso, a piora do ambiente internacional afetaria o valor da divisa norte-americana. A forte recuperação dos Estados Unidos, com a taxa de desemprego comportada e dados de atividade surpreendendo positivamente, pode pressionar os índices de preços da maior economia do mundo.

O risco é de que o Federal Reserve (Fed) esteja atrás da curva de juros, o que evidenciaria a necessidade de aumentar a taxa mais rápido do que o esperado.

Entre os analistas, a estimativa é de que o FED eleve os juros em três oportunidades.

A inflação nos Estados Unidos deve voltar em algum momento e, se houver alguma surpresa, o Federal Reserve teria de tomar medidas para evitar que a variação de preços seja superior à meta. No Brasil, novamente, os impactos seriam sobre o dólar. Com alta de juros na maior economia do mundo, os investidores procuram proteção nos títulos do Tesouro norte-americano. A aprovação da reforma da Previdência mitigaria qualquer um desses efeitos, já que o país sinalizaria concretamente ao mercado que está comprometido com o reequilíbrio das contas públicas.

Inflação

Apesar dos riscos externos, a inflação deve permanecer controlada ao longo de 2018, o que favorecerá a taxa de juros a chegar em um patamar baixo em 2019. Dados do Banco Central (BC) mostram que a inflação projetada para os meses de setembro, outubro e novembro deste ano seria de 1,04%. Entretanto, o resultado observado chegou a 0,86%, o que levou o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos últimos 12 meses, a 2,80%. O índice acumulado em 12 meses até fevereiro de 2018 chegaria a 3,09%. Até os mais otimistas, que apostam que o BC levará os juros para abaixo de 7%, acreditam que haverá espaço para uma queda maior.

O diretor de Pesquisas e Estudos Econômicos do Bradesco, Fernando Honorato Barbosa, um dos primeiros a projetar juros de 6,75% em 2018 começa a ver espaço maior para a flexibilização adicional da política monetária. “Estamos achando que há espaço para cortar para 6,25% ou 6,50% no início do próximo ano a julgar pelo quadro favorável de inflação e pela recuperação moderada da atividade”, diz. Com isso, a Selic chegariam em 2019 no menor nível da história. (AT)

MME / ASCOM .